Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
com Relatório dos auditores independentes

FRM/DA/YB
459/2023

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais..... 6
Demonstrações do resultado do exercício 8
Demonstrações do resultado abrangente 9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)..... 10
Demonstrações dos fluxos de caixa..... 11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras..... 12

Rua Castilho, 392 - 3º Andar
Brooklin - São Paulo - SP
CEP 04568-010
São Paulo - Brasil
T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A**., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização dos direitos creditórios

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos das Cédulas de Credito Bancário (CCB) de operações de empréstimos pessoal, realizados entre o agente bancarizador e terceiros, transferidos para a Companhia por meio de endosso, de forma que o fluxo de pagamento dos Créditos Financeiros (CCBs), no montante de R$ 48.783 mil. Devido à natureza desses direitos creditórios, os valores quando efetivamente realizados poderão ser diferentes dos constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa Opinião não está ressalvada a cerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
  Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.408	1.304
Carteira de Créditos	4	11.168	3.062
Impostos a recuperar		28	9
Outros Ativos		68	-
Total do ativo circulante		**12.672**	**4.375**
Ativo não circulante			
Carteira de Créditos	4	37.615	13.747
Total do ativo não circulante		**37.615**	**13.747**
Total do ativo		**50.287**	**18.122**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores		1	55
Obrigações tributárias		13	7
Debêntures	5	4.294	1.164
Outras obrigações	6	1.032	1.294
Total do passivo circulante		**5.340**	**2.520**
Passivo não circulante			
Debêntures	5	44.949	15.604
		44.949	**15.604**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	7.1	1	1
Prejuízos acumulados		(3)	(3)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		**(2)**	**(2)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.287**	**18.122**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações do resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacionais	9	9.147	3.856
Custo dos serviços prestados	10	(9.035)	(3.083)
Rsultado bruto		**112**	**773**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(105)	(730)
Despesas Tributárias	12	(118)	(37)
		(223)	**(767)**
Resultado operacional		**(111)**	**6**
Receitas financeiras	13.1	123	2
Despesas financeiras	13.2	(12)	(8)
Resultado financeiro		**111**	**(6)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**112**	**773**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Resultado do exercício		**-**	**-**
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1**	**(3)**	**(2)**
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1**	**(3)**	**(2)**
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1**	**(3)**	**(2)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre a carteira de créditos	(5.955)	(2.747)
Juros sobre as debêntures	5.859	1.938
Prêmio das debêntures	(3.192)	(605)
Aumento/(redução) no ativo:		
Carteira de Créditos	(26.019)	(14.063)
Impostos a recuperar	(19)	(9)
Outros Ativos	(68)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(54)	55
Obrigações tributárias	6	7
Partes relacionadas	-	(3)
Outras obrigações	(264)	574
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(29.706)**	**(14.853)**
Das atividades de financiamento com sócios		
Integralização de capital	-	-
Debentures	29.810	16.156
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	**29.810**	**16.156**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**104**	**1.303**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.304	1
No final do exercício	1.408	1.304
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**104**	**1.303**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 16 de junho de 2020.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 11 de abril de 2023.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo apresentado, até a presente data, resultado operacional.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)--Continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado;
(ii) Valor justo por meio do resultado;
(iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras **(i)**	1.407	1.303
Total	**1.408**	**1.304**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) ou Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), realizados entre o agente bancarizador e terceiros, transferidos para a Companhia por meio de endosso, de forma que o fluxo de pagamento dos Créditos Financeiros (CCBs), são lastro para o pagamento aos Debenturistas.

b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	**2.924**	**-**
Direitos Créditos - Lendme	22.953	1.641
(-) Recebimentos	(3.287)	956
(+) Juros	1.906	327
Total	**24.496**	**2.924**
Saldo Anterior	**2.022**	**-**
Direitos Créditos - Oasis	-	2.325
(-) Recebimentos	(1.338)	(430)
(+) Juros	204	127
Total	**888**	**2.022**
Saldo Anterior	10.754	-
Direitos Créditos - Nova Souza	-	9.981
(-) Recebimentos	(100)	(157)
(+) Juros	2.586	930
Total	**13.240**	**10.754**
Saldo Anterior	1.109	-
Direitos Créditos - Nova Souza II	7.940	1.109
(-) Recebimentos	(149)	-
(+) Juros	1.259	-
Total	**10.159**	**1.109**
Saldo Anterior	**-**	**-**
Direitos Créditos - Lagoa quente	-	32.500
(+) Juros	-	967
Venda carteira	-	(33.467)
Total	**-**	**-**
Total	**48.783**	**16.809**
Circulante	11.168	3.062
Não circulante	**37.615**	**13.747**

As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2024	5.661
2025	4.909
2026	4.296
2027	3.759
2028	3.277
Demais exercícios até 2043	15.713
	37.615

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

c) Aval

Os direitos creditórios contam com o aval dos sócios das SPE que emitiram a CCB cedidas para a Securtizadora, e que são responsáveis de forma solidária pelo adimplemento integral das obrigações garantidas, nos termos dos artigos 818 e 826 do Código Civil Brasileiro, renunciando desde já aos benefícios de ordem previstos no artigo 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro ("Fiança").

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

Os direitos creditórios contam também com cessão fiduciária de outros recebíveis da devedora para a emissora desde o início da operação. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve qualquer evento de pré-pagamento.

e) Regime fiduciário

Não foi instaurado o regime fiduciário por se tratar de uma securitização financeira. O pagamento das Debêntures está condicionado a performance dos Direitos Creditórios.

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve inadimplência, portanto não houve cobrança de direitos creditórios inadimplidos ou quaisquer execuções de garantias.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos na Escritura de Emissão.

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios;

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira--Continuação

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

i) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira liquida), e pelos valores líquidos das debentures existentes nesta transação.

5. Debêntures

5.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de 100.000 (cem milhões de Reais) com a integralização de 100 (cem mil) Debêntures, série única, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

a) Remuneração

As debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros, amortização do principal e prêmio de performance.

5. **Debêntures**--Continuação

5.1. **Condições da escritura**--Continuação

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

d) Dação em pagamento

Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora, que poderá incluir entre outras medidas (i) Cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) Alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) Resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) Aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

5.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	**18.094**	**-**
1ª Emissão - Série Única	64.683	60.329
(-) Amortização 1ª Emissão - Série Única	(31.773)	(44.173)
(+) Juros 1ª Emissão - Série Única	5.859	1.938
Total	**56.863**	**18.094**
Saldo anterior	(1.326)	
Outras Obrigações com debêntures **(i)**	(3.192)	(605)
(-) Prêmios pagos	(3.102)	(721)
	(7.620)	**(1.326)**
Total das emissões	**49.243**	**16.768**
Circulante	4.294	1.164
Não Circulante (ii)	**44.949**	**15.604**

(i) Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de outros custos com debêntures, que serão pagos como dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debêntures.

5. **Debêntures**--Continuação

5.2. **Composição das obrigações com** debêntures--Continuação

(ii) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2024	4.355
2025	3.984
2026	3.655
2027	3.354
2028	3.085
Demais exercícios até 2051	26.516
	44.949

6. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo refere-se aos valores que serão repassados para o cedente no final da operação ou para quitação do fundo de obras.

Descrição	31/12/2022
Repasse Nova Souza II	571
Repasse Nova Souza	376
Repasse Oasis	90
Fundo de Despesas	(5)
Total	**1.032**

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XI S.A., em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 1 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 13 de julho de 2020 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1.

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

7.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

8. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

9. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 a receitas operacionais está assim composta:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Juros carteira de créditos	6.878	2.747
Reversão Remuneração dos Debenturistas	2.269	1.109
Total	**9.147**	**3.856**

10. Custos gerais

Em 31 de dezembro de 2022, os custos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gestão de Carteiras	(206)	(220)
Banco liquidante, Escriturador, Custo B3	(112)	(53)
Agente Fiduciário	-	(21)
Agente de Liquidação	(51)	-
Consultoria	(2.404)	(138)
Coordenador Lider	-	(17)
Estruturação	(281)	(71)
Assembleia	(1)	-
Colocação Primária	(6)	-
Serviços de Engenharia	(115)	(121)
Juros sobre as debêntures	(5.859)	(1.938)
Remuneração das debentures	-	(504)
Total	**(9.035)**	**(3.083)**

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Assessoria contábil e auditoria e advocatícia	(22)	(255)
Anúncios e publicações	(7)	-
Serviços de informações	(9)	-
Publicidade e propaganda	-	(11)
Serviços pessoa jurídica	-	(241)
Assessoria Financeira	-	(179)
Seguros	(45)	(5)
Mensageiros	(2)	(1)
Cartório	(20)	(38)
Total	**(105)**	**(730)**

12. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas tributárias são de R$ 118 (R$ 37 em 2021).

13. Resultado financeiro

13.1. Receitas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicações financeiras	123	2
Total	**123**	**2**

13.2. Receitas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas financeiras	(12)	(8)
Total	**(12)**	**(8)**

14. Relação com auditores

De acordo com a Instrução CVM n° 381/03, o administrador não contratou outros serviços que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa.

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.